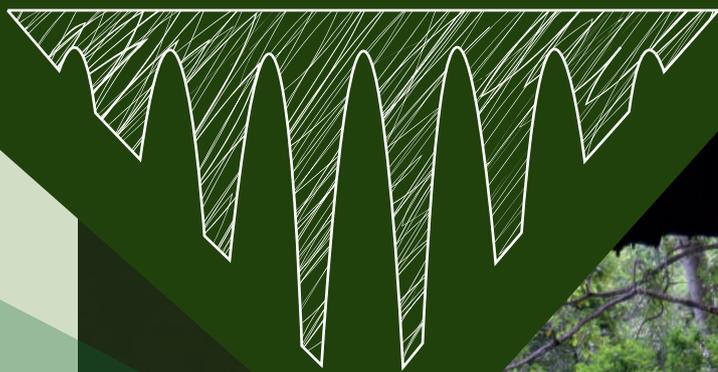


a_Ponte

junho
2020

revista
#1



conexão
de saberes



Soy América Latina, un pueblo sin piernas,
pero que camina.

SOMOS UMA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL E DESEJAMOS ATUAR NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS PROVENIENTES DA GESTÃO DO ESPAÇO E DO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS, MITIGANDO, POR MEIO DE AÇÕES DE FATO ESTRUTURAIS, OS IMPACTOS SOCIO-AMBIENTAIS RESULTANTES DESSES PROCESSOS.

NOS APRESENTAMOS A VOCÊS POR MEIO DE UMA PLATAFORMA COLABORATIVA QUE TEM COMO PRINCIPAL OBJETIVO CONSTRUIR PONTES. PRODUZIMOS E DIVULGAMOS CONTEÚDOS GEOCIÊNCIAS [E SOCIALMENTE RELEVANTES] EM LINGUAGEM ACESSÍVEL.

BUSCAMOS, POR MEIO DA VALORIZAÇÃO DE SABERES LOCAIS, PROMOVER DEBATES PRODUTIVOS E COSTURAR REDES. DISPONIBILIZAMOS FERRAMENTAS, CONHECIMENTOS E METODOLOGIAS PARA A PARTICIPAÇÃO E O ENVOLVIMENTO DAS PESSOAS EM SUAS REALIDADES LOCAIS, COMO CIDADÃS E CIDADÃOS CONSCIENTES DO MEIO QUE NOS CERCA.

ENTENDEMOS QUE A CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NÃO É UM RESULTADO IMEDIATO DA AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE OS PROCESSOS NATURAIS. É, NA VERDADE, UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA E POLÍTICA, CARREGADA DE ESCOLHAS HISTÓRICAS QUE RESULTAM NA BUSCA DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL.

TEMOS COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA UMA RELAÇÃO DIALÉTICA, RECÍPROCA E HORIZONTAL. A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE AÇÃO CONCRETA NO MUNDO, FEITA POR SUJEITOS CONCRETOS, A PARTIR DE UMA REFLEXÃO SOBRE UMA REALIDADE VISANDO TRANSFORMÁ-LA.

CONSTRUIREMOS, A PARTIR DAQUI, UMA EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL. UMA EDUCAÇÃO PARA OUTRO MUNDO POSSÍVEL. FAREMOS COM QUE AS AÇÕES AQUI PROPOSTAS PROMOVAM UMA REFLEXÃO, POR PARTE DA SOCIEDADE CIVIL, DAS UNIVERSIDADES, DO PODER PÚBLICO E DO SETOR PRIVADO, SOBRE SEU PAPEL NESTA CONSTRUÇÃO.

SEREMOS A BÚSSOLA QUE APONTA PARA
ESSE NOVO MUNDO POSSÍVEL!



Essa licença permite que você compartilhe, remixe, aprimore e adapte este trabalho **não comercialmente**, desde que você credite a_Ponte e licencie suas novas criações sob os mesmos termos.

a_Ponte



você encontra nessa edição:

- 1_manifesto espeleológico
- 4_mineração e seus impactos
sociais, ambientais e culturais
- 8_a espeleologia como alternativa
sustentável para o desenvolvimento
social local
- 11_a percepção como aliada
da preservação
- 14_turismo como prática sociocultural
- 17_turismo de base comunitária

manifesto espeleológico

por Bárbara Zambelli

O Brasil é o único país do mundo em que as cavernas são consideradas bens da União e sua proteção é assegurada pelo artigo 20 da Constituição Federal (CF), destacando-se internacionalmente por sua legislação.

Bom, mas o que é uma caverna? A definição atual é baseada no decreto 6.640/2008:

*“Entende-se por cavidade natural subterrânea **todo e qualquer espaço subterrâneo acessível pelo ser humano**, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, furna ou buraco, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e a flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que tenham sido formados por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou tipo de rocha encaixante.” [grifo meu]*

Desde a promulgação da CF, muita coisa mudou. Aqui, focarei especificamente nos decretos 99.556/1990 e 6.640/2008.

Inicialmente, todas as cavernas eram vistas como “iguais perante a lei”. Não havia distinção relacionada ao tamanho, presença ou ausência de água, fauna rara ou valor histórico-cultural. Ou seja, todas elas eram protegidas igualmente. Na prática, uma legislação tão protetiva acabava por embargar muitos empreendimentos devido à presença de cavernas nas áreas dos projetos (como minerações e grandes obras de infraestrutura).

Dessa maneira, as cavernas passaram a ser vistas por muitos como um “entraive” ao desenvolvimento econômico. Não havia incentivos a estudos espeleológicos, já que, além deles não trazerem nenhum tipo de retorno para as empresas, a simples presença de cavidades poderia travar um projeto inteiro. Sendo assim, ficou clara a necessidade da evolução da legislação espeleológica.

Se não existem duas cavernas iguais, por que todas devem ser analisadas e preservadas da mesma maneira?

A resposta é que elas não devem ser avaliadas da mesma maneira. Os decretos 99.556/1990 e 6.640/2008 propõem que as cavernas sejam estudadas e avaliadas segundo uma lista de parâmetros, tanto sobre o meio físico e biótico, quanto do ponto de vista histórico, cultural, social, arqueológico e paleontológico, dentro dos contextos locais e regionais. Dessa forma, as cavernas seriam, então, classificadas de acordo com a seguinte relevância: grau baixo, médio, alto e máximo. Todas as leis protetivas continuam sendo aplicadas às cavernas de relevância máxima e suas respectivas áreas de influência espeleológica. Quanto às outras, abriu-se, pela primeira vez, a possibilidade da supressão legal de cavidades (total ou parcial), mediante a compensação espeleológica.

A partir desses decretos, o estudo de cavernas passou a ser viável e interessante (também sobre o ponto de vista econômico), já que, em vez de embargar os empreendimentos, agora ele integra os estudos ambientais contidos no licenciamento de empresas.

Houve um aumento significativo de investimentos em espeleologia, do número de cavidades cadastradas e do conhecimento acerca do patrimônio espeleológico brasileiro.

Neste momento, durante a pandemia da Covid-19, o Ministério de Minas e Energia, aproveitando-se do enfoque (necessário) dado às questões sanitárias (e mais atualmente à toda a crise política-institucional que o país está vivendo), vem arquitetando uma mudança nesses dois decretos. Essa mudança prevê a possibilidade de impactos negativos irreversíveis em cavernas de máxima relevância (as únicas que ainda têm sua preservação totalmente assegurada).

Isso coloca em risco a proteção das nossas cavernas mais espetaculares e únicas, com toda fauna, recursos hídricos, atributos históricos, culturais e religiosos, registros arqueológicos e paleontológicos. Isso é muito grave e precisamos agir!

A Sociedade Brasileira de Geologia (SBG) e a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) já se posicionaram publicamente contra a alteração dos referidos decretos. A SBE criou um site com a campanha "Proteja as Cavernas Brasileiras" e uma petição (mais detalhes a seguir).

Na petição elaborada pela SBE, o presidente Allan Calux escreve:

"Nesse momento onde todas as atenções estão voltadas para o surto de COVID-19, está sendo organizada nos bastidores do Ministério das Minas e Energia uma mudança na legislação nacional de proteção às cavernas, de forma a permitir impactos irreversíveis em cavernas de máxima relevância, ou seja, irá possibilitar que as mais espetaculares e únicas cavernas do Brasil sejam destruídas.

Hoje a legislação que rege o licenciamento ambiental nas áreas contendo cavernas se baseia nos decretos 99.556/1990 e 6.640/2008, que determinam que nenhuma caverna de máxima relevância pode sofrer impactos negativos.

São as mais especiais cavernas brasileiras: aquelas com grandes dimensões; frágeis ecossistemas com espécies únicas adaptadas ao mundo subterrâneo; formações cristalinas extraordinárias e raras; rios subterrâneos cujas águas são importantes mananciais para os sistemas naturais e o consumo humano. Muitas delas guardam vestígios de nossos antepassados e da megafauna extinta, e contam a história cultural e ambiental do planeta. Elas também são fonte de milhares de empregos através do turismo, e muitas vezes abrigam templos religiosos de grande valor cultural e social.

De acordo com o Artigo 216 da Constituição, as cavernas de relevância máxima são Patrimônio Cultural Brasileiro pois são sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico ou científico. Vale ressaltar que dentre as cavernas conhecidas no Brasil, as de máxima relevância são uma minoria. Todas as demais podem, eventualmente, sofrer impactos e até mesmo ser destruídas, mediante licenciamento ambiental e compensação espeleológica.

Caso esse novo decreto seja assinado, esse patrimônio de valor inestimável poderá ser irremediavelmente perdido.

Precisamos do seu apoio! Diga SIM para a manutenção do Decreto 99.556/1990 e 6.640/2008, atual legislação de proteção às cavernas brasileiras!"





mineração e seus impactos sociais, ambientais e culturais

por Maíra Rodrigues da Silva

O Vale do Ribeira e a mineração

A região do Vale do Ribeira, situada entre os estados do Paraná e São Paulo, é detentora de uma extensa biodiversidade, resultado de uma complexa história geológica, que deu origem a um exuberante patrimônio hídrico e mineral. Assim como uma rica biodiversidade da fauna e flora, que abrigam diversas espécies endêmicas de importante valor sistêmico biológico, dentro de um dos biomas mais ricos do território nacional: a **Mata Atlântica**. O Vale é detentor de umas das mais admiráveis bacias dos estados de São Paulo, o Rio Ribeira de Iguape. Além da sua importância socioambiental, é um dos únicos grandes rios ainda não represados no estado de São Paulo.

No entanto, em meio a um rico patrimônio natural, a região não escapou de ser vítima da exploração predatória de seus recursos naturais para a produção de mercadorias manufaturadas. Desde as suas primeiras ocupações pelos colonizadores em meados do século XVI, no ciclo econômico do ouro com mão de obra escravizada, o bioma foi sendo degradado. Primeiro pela mineração, que apesar de na maioria das vezes ter sido realizada por meio do processo de lavagem (sem grandes escavações), deixou

uma grande ferida na história, devido ao processo escravagista.

Posteriormente, no século XX, houve no Alto Ribeira a exploração de cinco minas de chumbo. Grande parte era processada na metalúrgica **Plumbo**. A metalúrgica se instalou em Adrianópolis, PR, em 1943, entrou em funcionamento em 1945 e permaneceu em atividade até 1995. Além do rejeito das minas, desde o início de sua operação até o ano de 1991, a Plumbo lançou todo o rejeito produzido diretamente no rio Ribeira de Iguape. A produção do rejeito foi de aproximadamente 5,5 toneladas de rejeito tóxico concentrados com chumbo, arsênio, bário, cádmio, cobre, cromo e zinco por ano. Somente em 1991 o material foi descartado em tanques ou pilhas de escória. Outro problema que envolvia a Plumbo era a poluição atmosférica.

As antigas atividades mineiras no Alto Ribeira deixaram consequências ao longo da bacia, produzindo impactos secundários na região. Segundo o Atlas Geoquímico, a maior concentração desses elementos na região está nos municípios de Iporanga e Eldorado. Exatamente por esses territórios é que estão espalhadas diversas comunidades quilombolas. Estas se estabeleceram depois de lutas e enfrentamentos contra os colonos, e muitas delas se fixaram às margens do Rio Ribeira.

Sobre a autora: Maíra Rodrigues é bióloga de formação, mestra em geociências pela Unicamp, especialista em Educação do Campo e Agroecologia e doutoranda em geociências, pela mesma instituição. Articuladora e professora do Centro de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Matriz Africana (CEPIMA/Casa de Cultura Fazenda Roseira). Quilombola de Ivaporunduva, Vale do Ribeira. Maíra se coloca como autora e sujeita desse texto, por estar traçando seu lugar de fala no meio acadêmico, trazendo sua cosmovisão quilombola nas pesquisas que percorre sem perder sua essência. *“Não somos uma parte da natureza, somos a natureza”*.

Uma vez que esse rejeito de minério é depositado no rio, ele assenta junto ao sedimento de fundo, se instalando na calha do rio. Entretanto, com as cheias da região, todo esse material de fundo se liga aos materiais de suspensão que, por sua vez, vão parar nas planícies aluviais que compõem o relevo às margens do rio, principalmente nas regiões do médio e baixo Ribeira, acarretando, no decorrer do tempo, numa contaminação de toda cadeia alimentar.

Em contraposição a esse processo de exploração predatória, o Vale ainda é detentor de uma riqueza única. Do que foi todo o bioma Mata Atlântica no Brasil, restam apenas 12,4%, espalhados pelo país como se fossem ilhas de floresta. Até o início desta década, 21% [desses 12,4%] se encontram na região do Vale do Ribeira. Além disso, o **Rio Ribeira de Iguape é o único do estado a não estar represado** por empreendimentos energéticos. Por trás, como protagonistas e atores importantes da preservação do meio ambiente, estão as comunidades tradicionais da região, em especial as comunidades quilombolas.

Comunidades quilombolas: guardiões da natureza e os impactos da mineração

As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira estão em toda a região, somando, entre reconhecidas e tituladas, um total de 88 - de acordo com Instituto de Terra do estado de São Paulo (ITESP). Em sua maioria, estão divididas entre os municípios de Iporanga e Eldorado. Sua formação se deu durante o declínio da primeira fase da mineração na região, em meados do século XVII. São comunidades negras, constituídas por descendentes de negros escravizados, fugidos ou libertos, que vivem na região a mais de 300 anos (somando os anos que seus descendentes chegaram). Dentro do processo de ocupa-

ção da terra, essas comunidades sofreram e sofrem diversas dificuldades para o reconhecimento legal de seus territórios. Baseado no artigo 68 da Constituição Federal de 1988, que descreve as comunidades quilombolas como detentoras do direito da propriedade das terras ocupadas, o povo quilombola trava essas grandes lutas para permanecerem em seus territórios.

No século XVII, essas comunidades foram formadas por escravizados vindos de Moçambique, Angola e Guiné. Na diáspora, **o processo de escravização não foi apenas físico, mas também intelectual**. Todo processo de colonização se deu a partir do interesse técnico-científico que as populações desenvolviam. Ao colonizarem os povos de acordo com a técnica que dominavam, designavam-os para um território que tinha aquela necessidade tecnológica.

Por exemplo, os povos que dominavam a técnica da mineração e da metalurgia foram para regiões de mineração, como o Vale do Ribeira e Minas Gerais; já os povos que dominavam a agricultura foram para as regiões de plantação.

Foi um processo de escravização minuciosamente planejado.

A coisificação dos corpos negros na escravidão e em toda a diáspora é colocada historicamente como uma apropriação. Não é colocado em questão o apagamento do conhecimento filosófico, cosmológico e tecnológico que esses povos traziam consigo. E também não é frequentemente pautado historicamente o que essas populações deixam de herança aos seus descendentes. O continente africano tem uma matriz, mesmo com as singularidades de cada povo, de cada etnia. O que está dentro dessa matriz?

Vestimentas, a musicalidade, as tecnologias, a oralidade e uma cosmovisão!

E o que seria uma cosmovisão? Em uma explicação bem sucinta, partindo da descrição do filósofo Eduardo Oliveira, a cosmovisão africana assemelha-se a uma **teia de aranha**, no qual o mexer de um fio treme toda a teia.

Esse é um pensamento de **pertencimen- to à natureza**, mas não só como parte dela. Exemplo, se um quilombola desmatar as cabeceiras da nascente, conseqüentemente afetará não somente o curso de água, mais tudo em sua volta, pois a água é vital para os animais, a floresta; e, conseqüentemente, sem floresta não existiram solos férteis para se fazer uma roça, e para produzir na roça também se precisa de água. A compreensão sistêmica da organização da natureza está diretamente relacionada à cosmovisão africana. Desta forma, o bem estar social depende do bem estar ecológico e vice-versa. Esse pensamento parte de uma epistemologia, ontologia e ética africana, pois, segundo Mogobe Ramose, filósofo Sul-Africano, a filosofia africana tem como perspectiva a não separação entre epistemologia, ontologia e ética.

Alguns aspectos evidenciam essas comunidades como guardiãs do território preservado onde elas vivem até hoje: o fato de serem camponesas agroflorestais, pois historicamente vivem num contexto de sobrevivência envolvendo a floresta; o sistema agrícola quilombola, a forma de produção e o manejo que foi reconhecido e titulado como um Patrimônio Cultural brasileiro pelo IPHAN; as características culturais e tradicionais de como se relacionar com o seu território, dentro de uma dimensão de tempo e espaço - exemplo disso são

as antigas formas de cultivos [nas chamadas "capovas", espaços ondes seus moradores produziam, sempre respeitando as épocas de plantio dos alimentos e trabalhando dentro de um processo de rodízio na área de produção, ou seja, deixando o sistema daquele ambiente agir, sem degradação, para nele se produzir novamente] ou de luta histórica pelo uso de suas terras, contestando o título das mesmas.

Outro fato que torna essas comunidades singulares é a relação com o rio, característica trazida pelos seus antepassados de África; seja na preservação, com a incrível luta política, judicial e popular à favor do rio Ribeira correr livre, contra empreendimentos energéticos por 30 anos, como é o caso do complexo das usinas hidrelétricas de Tijuco Alto; seja por deterem o conhecimento tecnológico de navegação, como a construção das canoas.

Hoje esses territórios lutam para serem livres de mineração - mesmo sofrendo, de maneira direta e indireta, os impactos dos rejeitos lançados no rio. Não é concebível a convivência dessas populações com uma mineração - no intuito com o qual é realizada e, principalmente, como funciona o setor hoje. Por fim, as comunidades vêm travando, ao longo de todos esses séculos, uma luta para que sejam explorados outros potenciais daquela região, a partir de atividades por elas já desenvolvidas, como: sistema agrícola quilombola, turismo de base comunitária, preservação ambiental, fomento ao conhecimento científico, valorização das tecnologias quilombolas. Esses povos têm o direito de manutenção do seu modo de viver e da sua forma de existir no mundo, sem a interferência de um empreendimento que traz consigo inúmeros impactos e conflitos.

EI, ZUMBI

EI, EI, ZUMBI,
ZUMBI GANGA MEU REI, VOCÊ NÃO
MORREU VOCÊ ESTÁ EM MIM.

EI, ZUMBI, SEU POVO NÃO
ESQUECEU A LUTA QUE VOCÊ
DEIXOU PRA PROSEGUIR.

EI, ZUMBI, OS NOVOS QUILOMBOS,
COM SEUS QUILOMBOLAS, LUTAM
PRA RESISTIR.

EI, ZUMBI, SEU SANGUE SEMEIOU
CORAGEM EM NOSSA GENTE COM
LUTA, COM FERVOR. EI, ZUMBI, A
LUTA É A MESMA, MUDOU SÓ O
CENÁRIO, A ROUPA E A COR.

EI, ZUMBI, A NOSSA TERRA É FÉRTIL:
OUTROS COMO VOCÊ TAMBÉM
TRABALHAM O CHÃO. EI, ZUMBI, E
MUITOS TOMBARÃO, ENQUANTO
HOVER LUTA PELA LIBERTAÇÃO.

Música cantada pelas comunidades
quilombolas do Vale do Ribeira em
ritos religiosos ligados à teologia da
libertação

A espeleologia como alternativa sustentável para o desenvolvimento social local

por Bárbara Zambelli

Na 'Alegoria da Caverna', Platão diz: "o homem só poderia se libertar da ignorância quando saísse do mundo das sombras e visse o mundo real do lado de fora". Para mim, cavernas sempre tiveram significado oposto. Meu primeiro contato com o mundo subterrâneo, em 2011, me marcou para sempre. Ver as belezas escondidas pela escuridão absoluta, inúmeras espécies endógenas e curiosas formações rochosas em um ambiente tão delicado e único me impressionaram e continuam a me causar arrepios até hoje.

Esse universo escondido sob nossos pés me despertou imenso interesse e curiosidade desde a primeira vez que o adentrei, e penso que, possivelmente, o mesmo pode acontecer a outras pessoas. Apesar de áreas cársticas serem comuns pelo mundo, a maioria desconhece a importância dessas áreas e das cavernas ali presentes. Em maio de 2020, ministrei a palestra "Porque as cavernas são importantes? Uma abordagem a partir da percepção pública das ciências e da divulgação científica", no evento Clarabóia Espeleológica. Nela, explorei um pouco mais sobre a relevância das cavernas na vida de todas as pessoas.

Dito isso, acredito que a **valorização** e a **promoção** das riquezas presentes em áreas cársticas, como **sítios arqueológicos e paleontológicos, religiosos, lagoas, rios**

e cavernas, podem ser formas de se promover, de maneira sustentável, o desenvolvimento daquele território.

Isso poderia ser feito combinando quatro abordagens diferentes:

Turismo:

implementação de **Planos de Manejo de Áreas Protegidas** e **Plano de Manejo Espeleológico** em cavernas que permitam e regulamentem a visita pública ao mesmo tempo em que zela pela conservação da caverna, seu entorno e atributos (físicos e biológicos). Podem ser necessárias algumas adaptações e instalação de infraestrutura para recebimento do público, como escadas, corrimão, luzes, pontes e caminhos, por exemplo. Seria interessante se houvesse um incentivo à própria população que, em geral, já promove esse tipo de atividade.

Esse incentivo estaria focado no aperfeiçoamento do turismo nas comunidades de base, como troca de oficinas de capacitação sobre marketing, desenvolvimento de revistas digitais e livros, portfólios de divulgação sobre o local e sua cultura, sobre preservação ambiental e turismo consciente. O governo poderia fomentar editais para projetos que ajudem a capacitar essa população para que eles criem uma autonomia de modernização que traga um retorno financeiro e, consequentemente, desenvolvimento sociocultural.

Conservação:

práticas de conservação devem ser adotadas para assegurar a preservação do Patrimônio Espeleológico. Sugere-se que as visitas sejam guiadas e que os guias sejam membros das comunidades locais. Deve-se garantir que eles recebam instruções e treinamento apropriados sobre segurança durante a exploração da cavidade e práticas de conservação do carste.

Áreas Protegidas:

implementação de áreas protegidas em locais onde há uma grande concentração de cavernas relevantes em um dado território. Esse território pode ser em nível local ou regional, e a administração dessa área protegida deve garantir a conservação e o manejo do patrimônio espeleológico.

Educação:

promover empoderamento das comunidades locais através da comunicação/divulgação científica e preservação ambiental. Como mencionado anteriormente, poucas pessoas têm contato com a espeleologia,

principalmente com seu viés científico.

Nesse contexto, é importante avaliar o conhecimento prévio das comunidades sobre o carste, cavernas, sua formação e fauna única e o complexo e sensível sistema hidrológico. Quando a população tem consciência sobre seu patrimônio, maiores são as chances de ela assegurar sua preservação.

Finalmente, é de suma importância dizer que, antes de começar qualquer tipo de negócio relacionado à espeleologia, é necessária a realização de diferentes estudos inter e multidisciplinares, tanto técnicos quanto socioeconômicos, nas áreas de interesse, para que sejam selecionadas aquelas mais apropriadas para implementação do turismo ou qualquer outra atividade. O Centro Nacional de Pesquisa e conservação de Cavernas (CECAV/ICMBio) publicou uma cartilha educativa sobre as legislações que envolvem as cavernas, ela pode ser acessada diretamente no site deles.



Gruta da Cruz
Parque Estadual
do Ibitipoca (MG)

DE UMA CAVERNA

NADA SE TIRA
A NÃO SER FOTOGRAFIAS

NADA DE LEVA
A NÃO SER RECORDAÇÕES

NADA SE DEIXA
A NÃO SER PEGADAS

NADA SE MATA
A NÃO SER O TEMPO

lema da
espeleologia

a percepção como aliada da conscientização

por Talita Gantus

A transformação de ecossistemas frágeis, como as cavernas, em ambientes de visitaçãoturística nos evidencia uma grande responsabilidade. A proteção da fauna e flora, os efeitos da poluição, a qualidade dos locais visitados, têm-se tornado premissas para que o fomento ao geoturismo seja um importante aliado da preservação ambiental. Com isso, torna-se possível o desenvolvimento econômico local - por meio do incentivo ao turismo de base comunitária -, a vivência e visibilidade de culturas e modos de bem viver até então relegados pela nossa história cultural hegemônica.

A percepção humana é considerada um pré-requisito básico para o alcance de diferentes níveis de conscientização. O conhecimento popular e o científico tornam-se, portanto, importantes aliados para que se promova uma efetiva conservação da natureza. O turismo, como atividade consciente, é um meio usado pelos visitantes de áreas protegidas que permite a percepção ambiental e, conseqüentemente, a interpretação dessas áreas.

A interpretação ambiental gerada pela percepção é considerada um fator determinante no nível de consciência dos visitantes, podendo, em maior ou menor intensidade, ampliar os horizontes e reduzir o grau de impacto negativo dentro das cavidades naturais e das áreas de preservação. Por sua vez, a interpretação cultural gerada pela vivência naqueles territórios e exercida na troca dialética com a população local - em que se estabelece um lu-

gar de fala e um lugar de escuta -, é considerada um fator importantíssimo para que se rompa com a ideia de humanidade homogênea.

A importância da espeleologia e dos recursos naturais tem levado os atores envolvidos a uma crescente necessidade de conscientização acerca dos problemas ambientais, e, aqui, damos enfoque à região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. Nessa região se encontra o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), criado pelo Decreto nº 32.283 para proteger as inúmeras grutas e nascentes de rios. Constitui-se em uma das Unidades de Conservação mais conhecidas e antigas do estado de São Paulo.

Abrangido pelos municípios de Iporanga e Apiaí, o Parque abriga um importante patrimônio natural composto por sítios arqueológicos, paleontológicos e por um grande número de cavidades naturais.

As principais comunidades que desenvolvem o turismo nessa região se caracterizam por serem remanescentes de quilombos e, como tal, têm direito à propriedade e à titulação de suas terras, emitida pelo Estado segundo o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Brasileira de 1988. Contudo, as formas de apropriação territorial mantidas pelas comunidades vão muito além da oficialização que o título da terra lhes pode conferir.

Historicamente, essas comunidades vêm estabelecendo vínculos territoriais a partir de sua própria base social, conformando um território sob noções culturais específicas. Tais noções se atualizam na medida em que dialogam com noções culturais distintas e se afirmam como práticas de reprodução social.

Com o objetivo de apresentar contribuições e estimular o desenvolvimento de novas pesquisas e ações no campo da educação ambiental e cultural críticas, trazemos luz sobre a percepção, a interpretação e a conscientização como alternativas para a preservação das cavernas, o fomento ao turismo de base comunitária e a visibilização de culturas e modos de vida relegados pelo poder público e desconhecidos por grande parte da sociedade.

*Gruta da Cruz
Parque Estadual
do Ibitipoca (MG)*

junho 2020



página 12

O SER-HUMANO NA SUA SUPREMACIA
QUERIA SER DEUS, ELE DIZIA
SEM SABER NEM PERCEBER
NÃO RECONHECIA
O PRÓPRIO DEUS QUE EM SI RESIDIA.
E DA NATUREZA SE DISTANCIAVA
COMO OBSERVADOR NARRADOR
NA TERCEIRA PESSOA DO SINGULAR.

O MUNDO, A NATUREZA, OS ANIMAIS
IGNORA-SE QUE PARTE DA TERRA TAMBÉM FAZ
E ASSIM A MODIFICA
DA FORMA MAIS VIL E EGOÍSTA
NA SUA LÓGICA IMEDIATISTA.
O RIO QUE CORRE E ESCORRE
COMO GOTAS DE SANGUE E LÁGRIMA
O TEMPO GEOLÓGICO É PACIENTE.

O AGORA SE MODIFICA
CONCOMITANTEMENTE
À NOSSA TRANSFORMAÇÃO
QUE AINDA NÃO FOI CAPAZ DE PERCEBER
QUE A NATUREZA É A DEUSA DE TODO SER.

Talita Gantus



turismo como prática socio-cultural

por Talita Gantus

O turismo incorpora novos usos e novas funções à dinâmica sócio-espacial já existente. Existe, então, uma passagem do espaço ao território. A atividade realizada por turistas que procuram viver experiências em áreas de ricos ecossistemas e habitadas por populações com diferentes modos de produção social é uma expressão da materialização do território turístico.

Esse território, por sua vez, encerra tanto a perspectiva do turista, com suas possíveis aspirações e expectativas, quanto a perspectiva de seus habitantes, formada pelos usos e pelas funções atribuídos ao território de forma permanente, que se mantém após a passagem do turista e que contém essa passagem em sua conformação.

A presença excessiva dos turistas, bem como as transformações decorrentes dela, influem na construção do novo espaço. As trocas exercidas entre diferentes realidades se ampliam, se intensificam e dão novo rumo à vida local. A população residente se vê envolvida por um processo do qual também é integrante; ela participa da mudança mas tem seu papel de sujeito questionado, especialmente quando percebe que a mudança se orienta principalmente em função da comunidade turística.

A organização da indústria turística pode entrar em conflito com a forma de organização social da população local. A gestão da atividade turística, geralmente empreendida por grupos

que possuem mais recursos políticos, administrativos e financeiros, acaba por segmentar o acesso da população local à condução dos rumos da atividade, além de obscurecer as tradições e os costumes locais.

A valorização seletiva do solo, estimulada pela especulação imobiliária, determina espaços de uso turístico que têm seu acesso livre ou restrito conforme o valor que lhe é atribuído e aos grupos que podem pagar por esse custo. Daí surgem inúmeros casos onde a prática do turismo segrega espacialmente populações e seus contextos culturais, tornando os turistas alheios à presença dos sujeitos pertencentes ao espaço vivido.

A vocação turística como mecanismo de desenvolvimento é uma das razões para a promoção da atividade no Vale do Ribeira, região que concentra as maiores áreas conservadas de Mata Atlântica do estado de São Paulo. Em contextos como esse, marcados pela necessidade de desenvolvimento social aliado às práticas de conservação ambiental, surgem alternativas de gestão voltadas à ação local, pensadas na tentativa de conferir um caráter socialmente mais justo ao território. A ação local subentende uma lógica territorializada, que mantém vínculos identitários com o lugar, o que reforçaria, por sua vez, a manifestação do poder local.

A possibilidade do turismo se converter em alternativa para o desenvolvimento de algumas localidades já supera a ideia de crescimento econômico, a qual reduziu, por muito tempo, a concepção de desenvolvimento. Hoje, a atividade turística pode ser vista não só como dinamizadora da economia local, mas como elemento estruturante de uma ordem cultural e ambientalmente responsável, abrindo caminho para as reflexões sobre a sustentabilidade e sobre as simbologias culturais.

Nesse caso, os preceitos de conservação ambiental passam também pela

gestão dos projetos que contemplam o desenvolvimento das comunidades, e o turismo aparece como atividade complementar de geração de renda, entre outras finalidades. O turismo se relaciona com o lugar e essa condição amplia mais uma vez sua escala de influência, a medida que, para se realizar, envolve elementos de ordens política, social, cultural, econômica e ambiental do território em que está instalado. Dessa forma, a proposta de sustentabilidade a partir do turismo submete-se a essa estrutura integradora que compreende a produção social do espaço.

*Gruta Janelão
Parque Nacional
Cavernas do
Peruaçu (MG)*

junho 2020

página 15



A ESTRADA DA PACIÊNCIA
TANTAS SEMENTES CAÍDAS SOB O CHÃO
INÚMERAS CHANCES SÃO
QUANTAS DE FATO SE PARTIRÃO
DEIXAR SUAS RAÍZES ADENTRAREM
O MAIS PROFUNDO DESSE SOLO ENERGIZADO
AQUI O FRUTO SE MOSTRA PERSISTENTE, RESIGNADO,
QUASE QUE IMACULADO
AQUI NÃO HÁ ESPAÇO PARA DESISTÊNCIA
SE MANTÉM A RESILIÊNCIA
NOSSA GRANDE ANCIÃ DA TERRA
LHES MOSTRA O CAMINHO E AS CONDUZ,

EIS A SURPRESA DA VIDA QUE SE INTRODUZ.

Isadora

Arco do André
Parque Nacional
das Cavernas do
Peruaçu (MG)



turismo de base comunitária

por Bárbara Zambelli

Para a produção desse texto sobre turismo no Vale do Ribeira, em São Paulo, conversamos com **Olavo Pedroso da Silva**. Ele é nativo do Quilombo de Ivaporunduva e guia turístico na região desde a década de 1990. Também é tecnólogo em guia de turismo, pelo Centro Paula Souza, presidente da Amamel (Associação de Monitores Ambientais de Eldorado) e parte integrante do Comtur (Conselho Municipal de Turismo) no município de Eldorado, onde busca apoio para melhorar o turismo em sua comunidade.

Ivaporunduva localiza-se às margens do Rio Ribeira de Iguape, no município de Eldorado, na região sul do estado de São Paulo. A comunidade abriga 89 casas, com um número um pouco maior de famílias. Olavo nos contou um pouco sobre a importância do turismo em sua região, como ele é feito, como as pessoas o percebem, se há incentivos governamentais, e, finalmente, quais seriam as lacunas a serem preenchidas.

Localização estratégica

A região do Vale do Ribeira, também conhecida como Amazônia Paulista, localiza-se na maior área contínua de Mata Atlântica preservada do Brasil, e é um dos mais importantes distritos espeleológicos. O acesso principal se dá pela rodovia Régis Bittencourt, que liga São Paulo a Curitiba. Além disso, a região está próxima às praias do litoral sul de São Paulo, como Ilha Comprida e Cananéia. A combinação desses fatores cria um cenário propício ao desenvolvimento do turismo na região. Ivaporunduva, por exemplo, está

próximo à Caverna do Diabo, uma das maiores cavernas do estado de São Paulo, que fica localizada no Parque de mesmo nome. Além disso, devido a presença de parques e APAs (Áreas de Proteção Ambiental), existem várias restrições ambientais em relação à implantação de atividades econômicas exploratórias, deixando o nicho ainda mais aberto ao turismo.

“O potencial é enorme, mas só será possível a partir da adoção de políticas públicas nessas áreas [turismo].”

Turismo de natureza

A região conta com inúmeras cavernas, trilhas, cachoeiras, rios e ribeirões, além de quilombos, aldeias indígenas e ribeirinhas. Segundo Olavo, “não dá pra fazer turismo sem natureza”.

Turismo de base comunitária

De acordo com Olavo: “Hoje, Ivaporunduva é vista como referência de turismo de base comunitária no estado de SP e também [em âmbito] nacional. Esse trabalho é gerenciado pela própria comunidade, onde existem dois coordenadores que fazem todo o trabalho de agendamento e logística do turismo. O turismo de base comunitária é diferenciado! Ele é étnico-cultural, onde são trabalhadas questões de cultura e costumes do quilombo, com foco no turismo pedagógico, mais voltado para educação (escolas, faculdade, SESC, etc, principalmente [vindos] de São Paulo, devido a proximidade, mas também de Minas e outros estados, visitam a comunidade).”

No turismo desenvolvido na comunidade é feito um trabalho de educação ambiental aliado ao turismo étnico-cultural. Ele é todo planejado e controlado pela comunidade, com base em um estatuto regulamentador e as votações acontecem em assembleias. Dessa forma, o turismo de massa, juntamente com seus impactos (como aumento da prostituição, violência e abuso de álcool e drogas), são evitados. Em Ivaporunduva existe uma pouxada da comunidade que tem capacidade para 60 pessoas. O turismo gera trabalho e renda para a comunidade.

Economia

“O Vale [do Ribeira] é um grande produtor de bananas (convencionais), de grandes fazendeiros. Falta olhar para o trabalho do turismo. A economia dos quilombos tem duas frentes: a banana orgânica e o turismo de base comunitária. Aqui, além do turismo a gente tem uma agricultura de subsistência, que não causa impactos ambientais, desenvolvida sob um plano de manejo, com autorização para a comunidade fazer sua roça, respeitando todas as leis ambientais (longe de beira de rio, topo de morro).”

O turismo gera a maior parte da renda interna da comunidade. Em torno de 70 a 80 pessoas trabalham no setor, dentre cozinheiras, ajudantes, camareiras, faxineiras, manutenção, monitores ambientais, palestrantes e fornecedores de produtos de horta. Além disso, todo o comércio local é beneficiado indiretamente, não apenas pelos turistas que frequentam o local, mas pelos próprios moradores, que veem seu poder de compra aumentado juntamente com o crescimento do turismo. Agora durante a pandemia todas as visitas já agendadas foram canceladas. De acordo com Olavo, esse corte bruto afetou muito a comunidade.

“Um trabalho de turismo bem pensado e bem planejado consegue desenvolver [a economia] a comunidade.”

Incentivos do governo

Nas palavras de Olavo: *“Os incentivos ainda são poucos, e o apoio é bastante tímido. Devido às cobranças por parte da comunidade, os órgãos municipais e estaduais [de turismo] estão se aproximando das comunidades. O canal com os órgãos já existe, mas ainda falta afinar.”*

As propostas existentes por vezes são copiadas de outros lugares, resultando em fracassos durante suas aplicações. Ainda falta diálogo entre as comunidades e os órgãos de turismo municipal e estadual e os gestores públicos para a elaboração de políticas públicas. Uma convergência entre os atores poderia fortalecer a cadeia de trabalho e a renda gerada pelo turismo. Falta um apoio com a divulgação do turismo de base comunitária.

O governo reconhece a existência da cultura quilombola, mas esse reconhecimento não vem junto de projetos e apoio às comunidades. Já existem algumas políticas governamentais como parcerias com o governo estadual e Fundação ITESP, mas que não tiveram andamento. Em uma parceria com a prefeitura municipal foi levado para a comunidade um curso de monitor ambiental local. Atualmente, Olavo integra o conselho municipal de turismo na prefeitura de Eldorado, onde busca apoio para melhorar o turismo em sua comunidade.

Lacunas a serem preenchidas

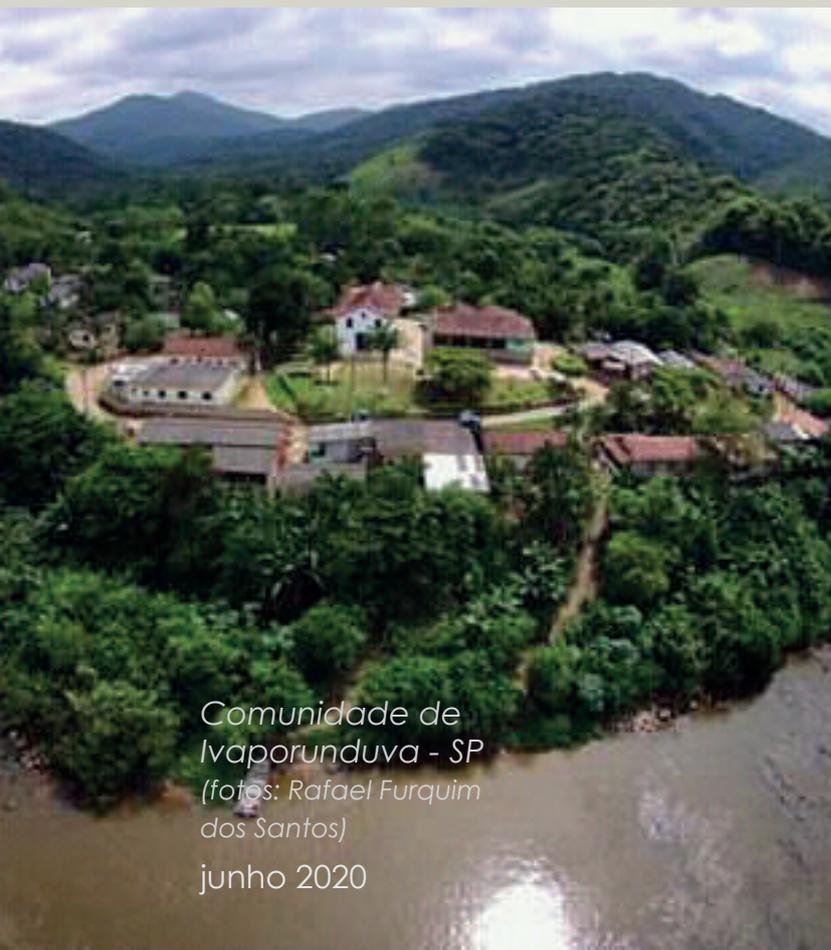
Olavo elenca as principais lacunas como fomento à formação profissional, oferta de cursos, incentivos ao turismo e falta de uma divulgação adequada dos trabalhos desenvolvidos nas comunidades. *“Falta curso de monitor ambiental, agentes de educação ambiental na região, para preservação da mata atlântica. O turismo anda lado a lado com a educação ambiental. Mas ainda falta muita capacitação nessa área ambiental.”*

As comunidades quilombolas promovem um turismo cultural, que trata de costumes e da história daquele povo (que também é a história do Brasil, embora não narrada no discurso hegemônico). Na região do Vale existe o turismo étnico-cultural, o de aventura, o ecoturismo, observação de aves, o turismo pedagógico e o científico.

“Meio ambiente com gente”

“O potencial da região existe, mas ela segue estagnada.” A questão seria então uma aproximação das comunidades, dialogar, ouvir seus anseios e demandas. Não chegar lá na comunidade com o projeto de turismo pronto, porque não funciona. Tem que preparar juntamente com a comunidade [devido às especificidades de cada lugar]. A ideia é juntar o conhecimento cultural e costumes das comunidades e alinhar com a educação ambiental (preservação do meio ambiente, das matas..).”

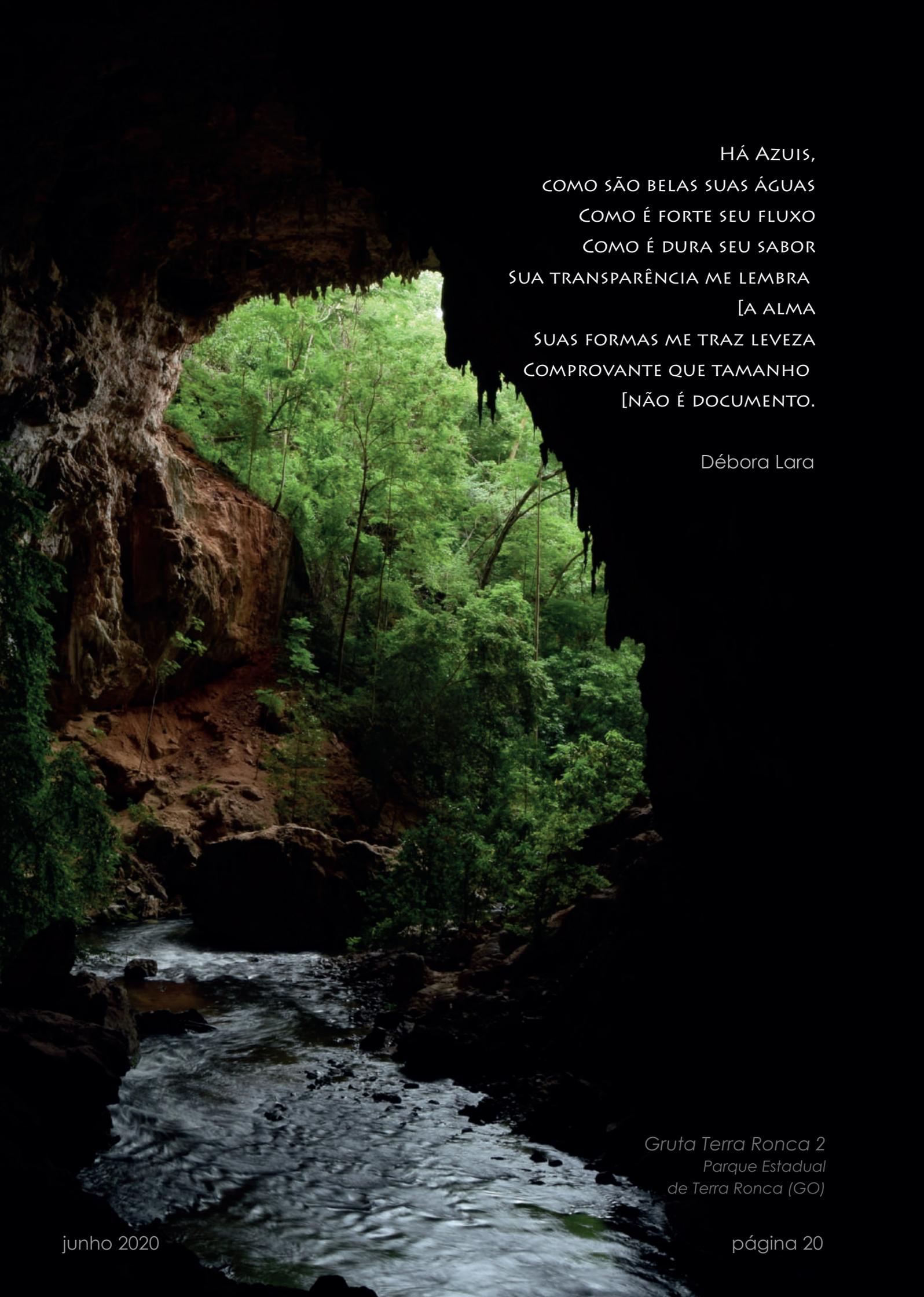
“Se você trabalhar certinho é possível coexistir harmonicamente o meio ambiente e a gente. Ivaporunduva tem 400 anos de história de harmonia com o meio ambiente. Já existe o vínculo natureza+comunidade nas comunidades tradicionais que vivem dentro da mata atlântica. O turismo é uma ferramenta que tem futuro aqui no Vale do Ribeira.”



Comunidade de
Ivaporunduva - SP
(fotos: Rafael Furquim
dos Santos)

junho 2020





HÁ AZUIS,
COMO SÃO BELAS SUAS ÁGUAS
COMO É FORTE SEU FLUXO
COMO É DURA SEU SABOR
SUA TRANSPARÊNCIA ME LEMBRA
[A ALMA
SUAS FORMAS ME TRAZ LEVEZA
COMPROVANTE QUE TAMANHO
[NÃO É DOCUMENTO.

Débora Lara

Gruta Terra Ronca 2
Parque Estadual
de Terra Ronca (GO)

equipe de elaboração

edição gráfica

Talita Gantus e Bárbara Zambelli

fotografias e arte da capa

Bárbara Zambelli

arte da contra capa

Milena Magoga

revisão

Fernanda Tolentino

a_Ponte



rumo a um outro
mundo possível

acesse nossas redes em

linktr.ee/a_Ponte

